

## ESTATUTO SOCIAL

### CEBRASSE - CENTRAL BRASILEIRA DO SETOR DE SERVIÇOS

#### DA DENOMINAÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO E FINALIDADES

**Art. 1º** A CEBRASSE – CENTRAL BRASILEIRA DO SETOR DE SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada e sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Baronesa de Bela Vista 411 cj 304 – Vila Congonhas – CEP: 04612-002, é constituída para articular as atividades integrantes do setor de serviços em todo o território nacional, podendo instalar escritórios regionais, e é regida pelo presente Estatuto.

**Art. 2º** São finalidades institucionais da CEBRASSE:

- I** - defender e promover o desenvolvimento e a valorização do setor de serviços;
- II** - articular a união das entidades do setor de serviços, tais como as confederações, federações, sindicatos, associações, institutos, fundações e conselhos de classe, sem prejuízo das suas prerrogativas legais e estatutárias específicas;
- III** - representar os interesses do setor de serviços junto à sociedade;
- IV** - lutar pelos direitos e interesses de todos os segmentos do setor de serviços;
- V** - combater a concorrência desleal;
- VI** - remover os obstáculos à expansão dos negócios no setor de serviços;
- VII** - combater a injustiça tributária contra o setor de serviços, inclusive propondo ações coletivas para afastar e/ou ressarcir obrigações fiscais possivelmente ilegais ou inconstitucionais em defesa de seus associados.
- VIII** - contribuir para a abertura e a credibilidade do setor no nível nacional e internacional;
- IX** - difundir a responsabilidade social e ambiental no setor de serviços;



CNPJ 06.306.546/0001-51



**X** - propor ações civis públicas, mandados de segurança coletivos e demais ações judiciais que forem necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

**XI** - encaminhar estudos e reivindicações aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e outros instituições;

**XII** - promover a cultura e o intercâmbio com organismos nacionais e internacionais de finalidades congêneres, bem como participar de congressos de interesse cultural, profissional, econômico e social.

**XIII** - firmar convênios com entidades públicas ou privadas, visando a ampliação de negócios e serviços para as associadas;

## DOS ASSOCIADOS

### DAS CATEGORIAS E DA ADMISSÃO

**Art. 3º** O quadro de associados será constituído por entidades e empresas especificamente do setor de prestação de serviços.

**§ 1º.** Os associados do tipo entidades são constituídos por entidades sindicais, associações, institutos, fundações e conselhos de classe, que deverão demonstrar possuir representação de segmentos relacionados ao setor de serviços.

**§ 2º.** Os associados do tipo empresas são constituídos por pessoas jurídicas de direito privado empresárias, que deverão demonstrar exercer atividades de segmentos relacionados ao setor de serviços.

**Art. 4º** As categorias de associados são as seguintes:

**I** - Fundadores;

**II** - Mantenedores;

**III** - Contribuintes.

**Parágrafo único.** A admissão de associados dependerá de requerimento escrito ou digitalizado por e-mail, declaração de conhecimento deste Estatuto e compromisso





CNPJ 06.306.546/0001-51



de atendimento estrito ao nele disposto e aprovação pela presidência da Diretoria Nacional, assegurado recurso à Assembleia Geral.

**Art. 5º** São associados fundadores aqueles que foram admitidos até 31 de dezembro de 2007 e que contribuem de acordo com as suas características, na forma deliberada pela Diretoria Nacional.

**Art. 6º** São associados mantenedores aqueles que proverem ou complementarem os recursos financeiros e outros necessários à implementação da estrutura e atividades da CEBRASSE, direta ou indiretamente, na forma de contribuições associativas diferenciadas e que comporão o Conselho Deliberativo.

**§ 1º.** O requerimento de associação na categoria de mantenedores será dirigido ao Presidente da Diretoria Nacional da CEBRASSE e a especificação das contribuições associativas referidas no *caput* será determinada, de acordo a deliberação deste órgão.

**§ 2º.** A admissão de associados mantenedores ao quadro social será efetuada a qualquer tempo.

**Art. 7º** São associados contribuintes aqueles que ingressarem no quadro associativo da CEBRASSE a partir de 1º de janeiro de 2008 e que contribuem de acordo com as suas características, na forma deliberada pela Diretoria Nacional.

## DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

**Art. 8º** Constituem direitos dos associados, desde que adimplentes com as suas obrigações estatutárias:

- I** - participar e votar nas Assembleias Gerais;
- II** - representar a CEBRASSE em atividades externas, desde que previamente credenciados pela Diretoria Nacional;
- III** - apresentar propostas e moções à Diretoria Nacional sobre qualquer assunto de interesse do setor de serviços, de acordo com o presente Estatuto;
- IV** - votar e ser votado para cargos eletivos, obedecidas as disposições eleitorais;
- V** - utilizar de todos os serviços oferecidos pela CEBRASSE, atendidas as condições fixadas pela Diretoria Nacional;



CNPJ 06.306.546/0001-51



**VI** - requerer à Diretoria Nacional, com número nunca inferior a um quinto dos associados em dia com suas obrigações estatutárias, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, acompanhada da respectiva pauta e justificativa;

**VII** - apresentar propostas, formular consultas e participar dos demais fóruns para os quais forem convocados;

**VIII** - desligar-se do quadro associativo, protocolando seu pedido junto à Secretaria da CEBRASSE e quitando seus débitos.

**§ 1º.** O direito de votar e ser votado, na forma dos incisos I e IV deste artigo, é reservado aos associados entidades.

**§ 2º.** Será assegurada a livre manifestação de pensamento e opinião em qualquer reunião interna da CEBRASSE, respeitadas as regras de civilidade e decoro.

### DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

**Art. 9º** Constituem deveres dos associados:

**I** - cumprir as disposições contidas neste Estatuto, regimento interno, normas e regulamentos que vierem a ser expedidos, bem como as deliberações da Assembleia Geral e as decisões da Diretoria Nacional;

**II** - pagar pontualmente as contribuições associativas fixadas pela CEBRASSE;

**III** - prestigiar e promover, por todos os meios ao seu alcance, as atividades da CEBRASSE;

**IV** - cooperar para que a CEBRASSE atinja seus objetivos, participando das Assembleias Gerais, sempre que convocados;

**V** - observar os princípios da solidariedade, da ética e da responsabilidade social e ambiental;

**VI** - contribuir para o fortalecimento da CEBRASSE;

**VII** - comunicar a CEBRASSE, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva ocorrência, toda e qualquer alteração em seus dados cadastrais.



CNPJ 06.306.546/0001-51



**Art. 10** Os associados e dirigentes não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela administração em nome da CEBRASSE.

## **DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E DEMISSÃO**

### **DAS INFRAÇÕES**

**Art. 11** É vedado aos associados:

**I** - infringir as disposições estatutárias, regimentais, decisões da Diretoria Nacional e da Assembleia Geral;

**II** - adotar, interna ou externamente, prática ou postura antiética, ilegal ou indecorosa;

**III** - dilapidar o patrimônio da CEBRASSE;

**IV** - deixar de pagar pontualmente suas contribuições associativas;

**V** - causar dano material e moral à Entidade;

**VI** - utilizar o nome da CEBRASSE para fins pessoais, político-partidários ou estranhos às suas finalidades;

**VII** - utilizar o nome da CEBRASSE para obter vantagens pessoais ou particulares.

**Parágrafo único.** O associado excluído por falta de pagamento da contribuição associativa poderá ser readmitido mediante solicitação à Diretoria Nacional, após a liquidação do débito.

### **DAS PENALIDADES**

**Art. 12** Os associados estão sujeitos às penalidades de suspensão e de exclusão do quadro social.



CNPJ 06.306.546/0001-51



**§ 1º** Serão suspensos, por até 6 (seis) meses, os direitos dos associados que não cumprirem as deliberações da Assembleia Geral ou da Diretoria Nacional e demais obrigações previstas neste estatuto;

**§ 2º** Serão excluídos do quadro social os associados que:

**I** - por sua má conduta ou falta cometida contra o patrimônio moral ou material da CEBRASSE, se constituírem elementos nocivos à Entidade ou à sociedade;

**II** - sem motivo justificado, deixarem de pagar por mais de três meses consecutivos ou cinco alternados suas contribuições associativas, após advertência da Diretoria Nacional;

**III** - violarem dispositivo legal, estatutário ou regimental, faltarem ao decoro e à urbanidade na vida associativa, ou praticarem ato lesivo aos interesses da CEBRASSE;

**IV** - reincidirem nas faltas de que trata o § 1º.

**§ 3º** As previsões dos incisos I a IV do parágrafo anterior constituem justa causa apta a ensejar a aplicação da penalidade.

**§ 4º** As penalidades serão aplicadas pela Diretoria Nacional, com recurso sem efeito suspensivo para o Conselho Deliberativo, devendo ser assegurado, no respectivo processo, sob pena de nulidade:

**I** - amplo direito de defesa, exercido através de oitiva do associado perante a Diretoria Nacional;

**II** - prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da respectiva notificação, para apresentação, por escrito, da defesa e do recurso.

### DA DEMISSÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 13** O associado poderá, a qualquer tempo, solicitar sua demissão do quadro social, mediante requerimento dirigido à Diretoria Nacional.

**Art. 14** As notificações aos associados sobre o procedimento de apuração para a aplicação das penalidades previstas no presente Estatuto e sobre o requerimento de demissão serão efetuadas no endereço constante do cadastro de associados mantido pela CEBRASSE, mediante remessa postal com registro e aviso de recebimento, ou



CNPJ 06.306.546/0001-51



mediante afixação no quadro de avisos da Entidade, se frustrada a primeira modalidade, considerando-se a mesma cumprida após o prazo de 10 (dez) dias.

**Art. 15** Os efeitos da aplicação das penas produzir-se-ão a partir da ciência aos interessados, observado o artigo anterior.

**Art. 16** Os associados que tenham sido excluídos do quadro social poderão ser readmitidos por decisão do Conselho Deliberativo, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 11.

## DOS ÓRGÃOS DA ENTIDADE

### DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

**Art. 17** São órgãos de direção da **CEBRASSE**:

**I** - Assembleia Geral;

**II** - Conselho Deliberativo;

**III** - Diretoria Nacional;

**IV** - Diretorias Regionais ou Estaduais.

### Da Assembleia Geral

**Art. 18** A Assembleia Geral, constituída pelos associados entidades que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários, é o órgão soberano da Entidade.

**Parágrafo primeiro** – Se a decisão a ser tomada for possível por consulta aos associados, na modalidade eletrônica, assim entendendo a Diretoria Nacional, com aprovação da diretoria do Conselho Deliberativo, ela será válida tanto como uma decisão de assembleia geral, ad referendum da primeira assembleia presencial que vier a ocorrer.

**Parágrafo segundo** – a Diretoria Nacional regulamentará as consultas, de forma a garantir a idoneidade da consulta, sendo que estas deverão ser arquivadas na sede da CEBRASSE.



**Art. 19** A Assembleia Geral reunir-se-á:

I - ordinariamente, a cada 04 (quatro) anos, para eleger os membros da Diretoria Nacional e do Conselho Fiscal, devendo as eleições serem realizadas nos termos do Regimento Eleitoral da CEBRASSE.

II - extraordinariamente, para deliberar sobre qualquer outro assunto desde que previamente estabelecido no edital de convocação.

**Art. 20** Compete à Assembleia Geral:

I - eleger os membros dos órgãos da Entidade;

II - destituir os membros dos órgãos da Entidade;

III - opinar, quando especialmente convocada, sobre os planos de expansão ou programa de ação apresentados pelo Conselho Deliberativo;

IV - aprovar alterações no Estatuto Social;

V - julgar os recursos interpostos contra as deliberações do Conselho Deliberativo;

VI - extinguir a CEBRASSE e dar destino ao seu patrimônio, obedecidas às normas estatutárias, pagas todas as dívidas.

**Parágrafo único.** A destituição de quaisquer membros dos órgãos da Entidade pela Assembleia Geral fica condicionada a anterior processo regular no qual ficará assegurada a ampla defesa.

**Art. 21** A convocação dos associados para a Assembleia Geral, mediante convocação pelo Presidente do Conselho Deliberativo ou por um quinto dos associados, com a pauta a ser discutida, será efetuada por meio de edital, enviado por meio eletrônico por duas vezes em dias separados a todos os associados, além de ser publicado no sítio eletrônico da Entidade, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo, também, ser afixado na sede da CEBRASSE.



CNPJ 06.306.546/0001-51



**Parágrafo primeiro.** Em caso de necessidade e urgência comprovada e garantido-se convocação efetiva de todos os associados, a Assembleia Geral poderá ser realizada em 48 horas após a convocação.

**Parágrafo segundo.** Para registro da ata da Assembleia Geral em cartório, a CEBRASSE deverá enviar apenas cópia do edital de convocação assinado pelo presidente, juntamente com a ata e lista de presença.

**Art. 22** A Assembleia Geral será instalada em primeira convocação com a presença de pelo menos 20% (vinte por cento) dos associados e com qualquer número de associados, em segunda chamada, após 30 (trinta) minutos, com qualquer número.

**Parágrafo único.** Será admitida participação por intermédio de procurador, desde que este, individualmente e além de si mesmo, não represente mais do que 3 (três) associados.

**Art. 23** As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples.

**Parágrafo único.** Para as deliberações a que se referem os incisos II e VI do art. 20 é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

**Art. 24** Instalada pelo Presidente da Diretoria Nacional ou seu substituto legal, a Assembleia Geral elegerá, imediatamente, por votação ou aclamação, o seu Presidente, que deverá ser sócio proprietário ou procurador legalmente constituído de uma das associadas presentes;

**Parágrafo único** - O Presidente da Assembleia Geral, após sua instalação, designará dois sócios proprietários ou procuradores legalmente constituídos de uma das associadas, para exercer as funções de secretários e, se for o caso, tantos quantos forem necessários como auxiliares;

### **Do Conselho Deliberativo**

**Art. 25** O Conselho Deliberativo é responsável pela orientação política e estratégica da CEBRASSE, cabendo-lhe deliberar, controlar e orientar as suas ações.





CNPJ 06.306.546/0001-51



**Art. 26** O Conselho Deliberativo será constituído pelos associados mantenedores, pelos Ex-presidentes da Diretoria Nacional, pelo Presidente da Diretoria Nacional, pelo Vice-Presidente Nacional, pelo Vice-Presidente Administrativo, pelo Vice-Presidente Financeiro e pelo Vice-Presidente Jurídico.

**Párrafo primeiro** - Os ex-presidentes a serem admitidos no Conselho Deliberativo têm que ter exercido o cargo por pelo menos dois anos;

**Párrafo segundo** - Só poderão participar do Conselho os ex-presidentes que não tenham sido exonerados, que tenham tido suas contas regularmente aprovadas, e que se mantenham sócios de empresa associada a alguma das entidades associadas ou à CEBRASSE, diretamente.

**Párrafo Terceiro** - será vedado o exercício do cargo no Conselho, se o ex-presidente for condenado por crime doloso e enquanto persistir os efeitos da pena;

**Art. 27** Os associados mantenedores serão representados no Conselho Deliberativo pelos seus Presidentes ou representantes por eles indicados.

**Art. 28** Os associados mantenedores e os ex-presidentes da diretoria nacional, constituem o Conselho Deliberativo e escolherão entre eles o presidente, o vice-presidente e o secretário geral, exercendo o presidente o voto de qualidade em caso de empate nas votações, inclusive nas Assembleias Gerais.

**Parágrafo único:** O presidente poderá convocar o Conselho quando assim desejar e também convocar a Assembleia Geral em caso de necessidade comprovada.

**Art. 29** Compete ao Conselho Deliberativo:

- I** - definir as políticas que orientam as atividades gerais da CEBRASSE;
- II** - apoiar a Diretoria Nacional, especialmente nos planos de captação de recursos;
- III** - aprovar, anualmente, o programa de trabalho e o orçamento da CEBRASSE;
- IV** - deliberar sobre o patrimônio, investimento e gestão financeira;
- V** - acompanhar a gestão da Diretoria Nacional;
- VI** - examinar, a qualquer tempo, documentos da CEBRASSE e solicitar informações sobre programas, projetos, contratos e quaisquer outros atos;



CNPJ 06.306.546/0001-51



- VII** - aprovar e alterar os regimentos internos e o eleitoral da CEBRASSE;
- VIII** - propor a alteração do Estatuto Social à Assembleia Geral;
- IX** - autorizar a instalação de Câmaras Setoriais, mediante proposta da Diretoria Nacional;
- X** - decidir sobre as questões que lhe forem submetidas pela Diretoria Nacional;
- XI** - constituir auditores independentes;
- XII** - autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis, pertencentes ao patrimônio da organização;
- XIII** - fixar a contribuição associativa, mediante proposta da Diretoria Nacional;
- XIV** - decidir sobre os casos omissos no regimento interno e neste Estatuto, neste último caso *ad referendum* da Assembleia Geral;
- XV** - convocar a Assembleia Geral.

#### Da Diretoria Nacional

**Art. 30** A Diretoria Nacional é o órgão de gestão executiva diretamente subordinada ao Conselho Deliberativo, composto por 9 (nove) membros, com igual número de suplentes, que serão eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 4 (quatro) anos, com direito a reconduções consecutivas.

**Art. 31** Os cargos da Diretoria Nacional são:

- I** - Presidente Nacional;
- II** - Vice-Presidente Nacional;
- III** - Vice-Presidente Administrativo;
- IV** - Vice-Presidente Financeiro;
- V** - Vice-Presidente Jurídico;





CNPJ 06.306.546/0001-51

**VI** - Vice-Presidente de Comunicação Social e Eventos;

**VII** - Vice-Presidente de Relações Institucionais;

**VIII** - Vice-Presidente de Assuntos Legislativos;

**IX** - Vice-Presidente de Relação com Associados.

**Art. 32** Compete à Diretoria Nacional:

**I** - administrar e promover o desenvolvimento da CEBRASSE, conforme as diretrizes do Conselho Deliberativo;

**II** - propor políticas e planos estratégicos ao Conselho Deliberativo, bem como executar os programas e prioridades estabelecidas;

**III** - dirigir, orientar e coordenar o funcionamento da CEBRASSE, observando o fiel cumprimento das políticas traçadas, os planos e projetos da organização;

**IV** - propor ao Conselho Deliberativo a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis, pertencentes ao patrimônio da organização;

**V** - fornecer ao Conselho Deliberativo os elementos de informação necessários ao acompanhamento permanente das atividades da CEBRASSE;

**VI** - executar as gestões financeira, orçamentária e administrativa e prestar contas **ao final de cada ano** de gestão, enviando aos associados relatório e exposição de realizações, dívidas, receita e etc.

**VII** - coordenar, supervisionar e avaliar os projetos, programas e atividades institucionais da CEBRASSE;

**VIII** - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as decisões da Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo;

**IX** - propor o valor da contribuição associativa e submetê-lo ao Conselho Deliberativo;

**X** - elaborar, anualmente, o programa de trabalho e o orçamento da CEBRASSE, submetendo-os ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo, enviando cópia aos associados;



CNPJ 06.306.546/0001-51



**XI** - propor a alteração do Estatuto Social à Assembleia Geral;

**XII** - dirigir as atividades da CEBRASSE, com a prática de atos de gestão administrativa que coíbam a obtenção, individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

**XIII** - contratar, fixar remunerações e demitir os empregados, submetendo suas decisões nesse sentido ao Conselho Deliberativo;

**XIV** - reunir-se ordinariamente pelo menos uma vez por bimestre, ou extraordinariamente se houver necessidade, por convocação do Presidente Nacional;

**XIV** - aplicar as penalidades estatutárias aos associados;

**XV** - desenvolver todas as demais atribuições previstas neste estatuto e as que forem exigidas em decorrência das atividades da CEBRASSE;

**XVI** - deliberar sobre requerimento de admissão e demissão do quadro associativo;

**XVII** - propor ao Conselho Deliberativo a instalação de Diretorias Regionais e Câmaras Setoriais, bem como seus estatutos e regimento internos;

**XVIII** - receber os recursos interpostos em virtude das decisões sobre aplicação de penalidades.

**XIX** - receber documentos, relatórios, patrimônio e etc da gestão anterior, fazendo termo de conferência e entregando-o ao Conselho Fiscal e, se houve alguma diferença notável em algum item, entre o declarado e a realidade, notificar o Conselho Deliberativo e associados.

**Art. 33** Compete ao Presidente Nacional:

**I** - representar a CEBRASSE, ativa e passivamente, em todos os seus atos, judicial e extrajudicialmente, podendo delegar poderes;

**II** - convocar as reuniões da Diretoria Nacional, presidindo-as;

**III** - assinar as atas das reuniões, o orçamento anual, as demonstrações contábeis e financeiras, bem como todos os documentos necessários à gestão;



CNPJ 06.306.546/0001-51



**IV** - despachar o expediente da CEBRASSE e as correspondências a ele pessoalmente endereçadas, assinando os ofícios, comunicados e demais documentos dirigidos a autoridades e que não sejam de mero expediente;

**V** - administrar a CEBRASSE de acordo com as diretrizes fixadas pela Diretoria Nacional;

**VI** - dar posse e exonerar os Diretores Regionais;

**VII** - criar comissões e órgãos de assessoramento, nomeando e empossando seus membros;

**VIII** - ordenar a realização das despesas orçadas;

**IX** - assinar os cheques, ordens de crédito, pagamento ou transferência, individualmente ou em conjunto com os Vice-Presidentes;

**X** - coordenar e supervisionar as atividades dos demais integrantes da Diretoria Nacional, decidindo os eventuais conflitos no exercício das respectivas funções, bem como atribuir-lhes encargos além daqueles contidos nas competências específicas;

**XI** - determinar as diretrizes de aplicações financeiras, em conjunto com o Vice-Presidente Financeiro;

**XII** - determinar as metas institucionais a serem objetivadas na elaboração da proposta de orçamento de receita e despesa e suas suplementações, pelo Vice-Presidente Financeiro;

**XIII** - decidir e atuar, *ad referendum* da Diretoria Nacional, havendo urgência, nos casos de competência daquela.

**Art. 34** Compete ao Vice-Presidente Nacional:

**I** - colaborar com o Presidente e auxiliá-lo nas suas atribuições;

**II** - substituir o Presidente nas suas faltas, impedimentos e licenças, bem como sucedê-lo na vacância do cargo.

**Art. 35** Ao Vice-Presidente Administrativo compete:

**I** - coordenar e supervisionar a gestão administrativa concernente à Secretaria;





CNPJ 06.306.546/0001-51

**II** - coordenar a organização e manutenção do cadastro de associados da CEBRASSE;

**III** - supervisionar a elaboração das atas das reuniões da Diretoria Nacional e das Assembleias Gerais;

**IV** - substituir o Vice-Presidente Nacional nas suas faltas, impedimentos e licenças, sucedendo-o na vacância do cargo.

**Art. 36** Ao Vice-Presidente Financeiro compete:

**I** - coordenar e supervisionar a gestão dos recursos financeiros da CEBRASSE;

**II** - assinar, na ausência do Presidente ou Vice-Presidente Nacional, os contratos e todos os demais instrumentos que criem obrigações para a CEBRASSE, bem como os cheques e demais ordens de crédito, pagamento ou transferência;

**III** - dirigir e fiscalizar os trabalhos do setor financeiro e contábil do CEBRASSE;

**IV** - apresentar ao Conselho Fiscal e Diretoria Nacional balancetes mensais, bem como relatório comparativo entre os valores orçados e os realizados;

**V** - apresentar à Diretoria Nacional as demonstrações contábeis e financeiras anuais para que sejam apreciadas pelo Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo;

**VI** - determinar as diretrizes de aplicações financeiras da CEBRASSE, em conjunto com o Presidente Nacional;

**VII** - dirigir a elaboração, anual, da proposta orçamentária anual e, se necessária, a sua suplementação;

**VIII** - supervisionar o controle dos recebimentos e créditos com associados e orientar a cobrança dos respectivos devedores;

**IX** - substituir o Vice-Presidente Administrativo nas suas faltas, impedimentos e licenças.

**Art. 37** Compete ao Vice-Presidente Jurídico

**I** - Propor e acompanhar a elaboração de pareceres jurídicos;





CNPJ 06.306.546/0001-51



**II** - Ajuizamento de ações judiciais necessárias ao cumprimento dos objetivos da CEBRASSE.

**III** - Acompanhar projetos de lei e opinar sobre eles junto a diretoria;

**Art. 38** Compete ao Vice-Presidente de Comunicação Social e Eventos coordenar:

**I** - as ações de mídia e marketing da Entidade;

**II** - a elaboração do calendário de eventos e a sua organização.

**Art. 39** Compete ao Diretor de Relações Institucionais fomentar o relacionamento entre a CEBRASSE e outras entidades nacionais, estaduais ou municipais.

**Art. 40** Compete ao Vice-Presidente de Assuntos Legislativos coordenar a elaboração, encaminhamento e acompanhamento de projetos de lei de interesse do setor de serviços nos legislativos municipais, estaduais e federal.

**Art. 41** Compete ao Vice-Presidente de Associados, acompanhar o relacionamento com os mesmos e sugerir formas de fazer crescer seu número.

### **Diretorias Regionais**

**Art. 42** Poderão ser criadas Diretorias Regionais nas 5 (cinco) regiões da Federação e, no Distrito Federal, assim como Estaduais, mediante deliberação da Diretoria Nacional.

**Parágrafo primeiro:** as Diretorias Estaduais se submeterão às Diretorias Regionais, quando existirem.

**Parágrafo segundo:** a Diretoria Nacional poderão autorizar ainda a criação de, centros de estudos e pesquisas, escritórios de representação em cidades, estados e regiões do país.



CNPJ 06.306.546/0001-51



**Art. 43** As Diretorias Regionais ou Estaduais somente serão constituídas nas regiões com número de associados superior a 10 (dez).

**Art. 44** As Diretorias Regionais ou Estaduais serão administradas de acordo o regimento interno específico aprovado pelo Conselho Deliberativo.

**Art. 45** O mandato das Diretorias Regionais ou Estaduais será sempre coincidente ao mandato da Diretoria Nacional.

### DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

**Art. 46** São órgãos auxiliares da CEBRASSE:

**I** - Conselho Consultivo;

**II** - Conselho Fiscal;

**III** - Conselhos Setoriais.

#### Do Conselho Consultivo

**Art. 47** O Conselho Consultivo, órgão de consulta e assessoramento ao Conselho Deliberativo, será constituído por pessoas de destaque no setor de serviço ou na sociedade e conduta ilibada, mediante convite do Conselho Deliberativo.

#### Do Conselho Fiscal

**Art. 48** O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria Nacional pela Assembleia Geral.

**Art. 49** Compete ao Conselho Fiscal:

**I** - opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres de modo a permitir sua discussão e votação pelo Conselho Deliberativo;



CNPJ 06.306.546/0001-51



**II** - opinar sobre a proposta orçamentária e suas suplementações para o exercício financeiro;

**III** - examinar os livros de escrituração contábil e os respectivos documentos;

**IV** - requisitar ao Vice-Presidente Financeiro, a qualquer tempo, esclarecimentos e a documentação sobre as operações realizadas.

**V** - informar o Conselho Deliberativo de possíveis irregularidades

**Art. 50** Os membros do Conselho Fiscal se reunirão ao menos uma vez por semestre e a qualquer tempo, quando necessário.

### **Dos Conselhos Setoriais**

**Art. 51** Poderão ser instalados Conselhos Setoriais pelo Conselho Deliberativo por proposta da Diretoria Nacional, com o objetivo de estudar, discutir e apresentar propostas para a adoção de ações de interesse do respectivo segmento por parte da CEBRASSE.

### **DAS ELEIÇÕES**

**Art. 52** O processo eleitoral obedecerá às normas contidas neste estatuto e no Regulamento Eleitoral.

**Art. 53** A Diretoria Nacional da CEBRASSE será eleita em conjunto com o Conselho Fiscal pelo voto direto em chapas completas, em Assembleia Geral.

**Art. 54** Cada associado entidade terá direito a 1 (um) voto nas eleições.

**Parágrafo único.** O direito de votar e ser votado somente poderá ser exercido por associados entidades, integrantes do quadro social há mais de 3 (três) meses, contados da data da convocação das eleições, e quites com todas as obrigações estatutárias.

### **DA REFORMA DO ESTATUTO**

**Art. 55** O presente Estatuto somente poderá ser alterado, inclusive no tocante aos órgãos de direção, por deliberação de Assembleia Geral especialmente convocada



CNPJ 06.306.546/0001-51



para este fim, mediante voto concorde 1/3 (um terço) dos associados presentes com direito a voto.

## DA RECEITA

**Art. 56** A Receita constitui-se em todo e qualquer recolhimento feito em favor da entidade, através de numerário ou de outros bens representativos de valor, visando o fortalecimento de sua capacidade Nacional de atuação.

**Parágrafo Primeiro** - A Receita Ordinária constitui-se dos recebimentos de natureza permanente, advindos das contribuições mensais das Associadas, das taxas e dos rendimentos das concessões, dentre outras.

**Parágrafo Segundo** - A Receita Extraordinária constitui-se dos recolhimentos de periodicidade variável, advindos da promoção de atividades socioculturais, da cessão onerosa de suas instalações, dos rendimentos financeiros, da aplicação de multas, de doações diversas, dentre outras.

**Art. 57** Os valores da receita serão estabelecidos ou revistos pela Assembleia Geral, por proposta da Diretoria Executiva.

**Art. 58** São fontes de receita do Sindicato:

- a) contribuições das associadas;
- b) locações;
- c) prestação de serviços;
- d) doações;
- e) pro-labore de convênios; e
- f) rendas diversas que forem legais e eticamente admissíveis.

## DAS DISPOSIÇÕES E FINAIS

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 59** Aqueles que contribuam com a CEBRASSE, sem integrar o seu quadro associativo, através de doações e outras formas de colaboração receberão a





CNPJ 06.306.546/0001-51



denominação de associados beneméritos, mediante ato do Conselho Deliberativo, sendo-lhes assegurado direito de voz nas reuniões para as quais forem convidados.

**Art. 60** A CEBRASSE, embora constituída por prazo indeterminado, poderá ser dissolvida por deliberação de Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim e com a concordância mínima de 2/3 (dois terços) dos associados.

**Art. 61** Aprovada a dissolução, o saldo do patrimônio, depois de pagas as dívidas e recebidas as importâncias em poder dos devedores, será destinado a entidade de fins não econômicos, nomeada pela Assembleia Geral prevista no artigo anterior, com deliberação pela maioria absoluta dos associados presentes.

**Art. 62** O patrimônio da Entidade será constituído pelos bens adquiridos, pelas contribuições associativas, doações, legados, auxílios, subvenções e contribuições resultantes de convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais, ou pelo resultado da aplicação de tais valores e outras receitas oriundas de eventos e outras atividades estatutárias.

**Art. 63** Nenhum cargo ou função em órgãos da CEBRASSE será remunerado e não serão distribuídos lucros, vantagens, benefícios aos seus membros, ou aos demais associados, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas.

**Art. 64** Aplicam-se à **CEBRASSE** as disposições contidas na Lei 9.790/99 de 23 de março de 1999.

**Art. 65** O exercício social coincide com o ano civil.

**Art. 66** A nomeação de procuradores da **CEBRASSE** exigirá a assinatura em conjunto do Presidente do Conselho Deliberativo e do Presidente Nacional, não podendo superar ao prazo de um ano, exceto procurações para representação em juízo, que poderão ser assinadas pelo presidente da Diretoria Nacional e terão duração por tempo indeterminado.

**Art. 67** Os prazos constantes deste Estatuto serão computados excluído o dia do início e incluindo o do vencimento, que será prorrogado para o primeiro dia útil, se ocorrer em sábado, domingo ou feriado aplicável à localidade da sede social.

**Art. 68** Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo *ad referendum* da Assembleia Geral.

**Art. 69** O presente Estatuto entra em vigor imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Geral.





CARTÃO  
SÃO PAULO  
KAUAN RAMO  
ESCRIVENTE







CNPJ 06.306.546/0001-51



São Paulo, data da Assembleia Geral Extraordinária: 24 de Outubro de 2024.

João Batista Diniz Júnior  
Presidente da Diretoria Nacional

Rui Monteiro Marques  
Presidente da Assembleia Geral

Percival Menon Maricato  
Secretário da Assembleia Geral  
e Advogado OAB/SP

**B** CARTÓRIO BLASCO 30º TABELIÃO DE NOTAS DA COMARCA DA CAPITAL - SP  
Fernando Domingos Carvalho Blasco

Reconheço, por Semelhança, a firma retro de: (1) RUI MONTEIRO MARQUES, com valor econômico.  
São Paulo, 13 de novembro de 2024  
Em testemunho

KAUAN RAMOS DE MOURA  
\*\*VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE\*\*  
Selo nº: 1 Ato: AA - 0461490

113217  
FIRMA  
VALOR ECONÔMICO 1  
C11069AA0461490

At: Brigadeiro Faria Lima, 2859 - Itaim Bibi  
11 | 3074-2580  
www.cartorioblasco.com.br